

上訴案第 341/2010 號

上訴人：A(XXX)

B(XXX)

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情簡介

嫌犯 B、A 在初級法院刑事法庭第 CR3-07-0538-PCS 號卷宗被控以觸犯一項《刑法典》第 244 條第 1 款 a)項及 c)項所規定及處罰的偽造及使用偽造文件罪並接受審判。

2010 年 3 月 5 日，B 被裁定觸犯一項《刑法典》第 244 條第 1 款 a)項及 c)項所規定及處罰的偽造及使用偽造文件罪，被判處七個月徒刑，暫緩十八個月執行，而 A 被裁定觸犯一項《刑法典》第 244 條第 1 款 c)項，並配合第 26 條及第 67 條所規定及處罰的使用偽造文件罪，被判處四個月徒刑，暫緩十八個月執行。

兩嫌犯均不服向本院提起上訴，分別提交了上訴狀。

A 提出了以下的上訴理由 (結論部分):

1. 被上訴之判決對上訴人之主要判決內容如下：“…以從犯及既遂方式觸犯：一澳門《刑法典》第 244 條第 1 款 c)項，並配合第 26 條及第 67 條所規定及處罰的一項使用偽造文件罪，判處四個月徒刑，暫緩十八個月執行。…”
2. 為此，除了保留應有的尊重態度外，上訴人對被上訴之判決不服，並提請本上訴。
3. 首先；根據司法警察局筆跡鑑定報告中可見，被指控之偽造文件，並不是由上訴人所簽署。
4. 根據《刑事訴訟法典》第 149 條第 1 款之規定，判決上訴人並沒有觸犯偽造文件之罪行，但並上訴之判決沒有這樣認為，
5. 故被上訴之判決，沒有採納司法警察局筆錄鑑定報告，屬違反了《刑事訴訟法典》第 149 條第 1 款之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定之“審理證據方面明顯有錯誤之瑕疵”，故應被宣告被撤銷，
6. 及因著證據不足及出現嚴重矛盾下，因著“罪疑從無”而宣告無罪開釋上訴人。
7. 倘法院不這樣認為時，上訴人仍然不服，並提交如下理據；
8. 其次；倘被上訴之判決認為上述筆跡鑑定報告屬不可信時，應根據《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款之規定說明理由，但被上訴之判決書狀中沒有說明為何不採信這一鑑定報告並從而開

釋上訴人，

9. 故被上訴之判決違反了《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款之規定，及第 355 條第 2 款之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b)項規定之“說明理由方面出現不可補救之矛盾之瑕疵”，故應被宣告被撤銷；
10. 並宣告無罪開釋上訴人。
11. 倘法院不這樣認為時，上訴人仍然不服，並提交如下理據；
12. 再者；被上訴之判決中裁定上訴人以從犯方式觸犯上述罪行；
13. 第一；沒有充份、完整之證據以顯示在事發之時、及往後之一段日子中，第 1 嫌犯(即本卷宗內之正犯)與上訴人是認識，
14. 第二；上訴人曾於檢察院錄取口供，但已在審判聽證之前，向法院呈交聲明，以表示該口供之真確性，故非在審判聽證之時突然改變口供；
15. 第三；上訴人曾聲請法院著令工務局交付有關上訴人之文件，但該部門交付之文件並不全面，
16. 第四；上訴人被指在工務局紀律程序之答辯書狀中並非上訴人所簽署，這更顯示上訴人在不知情下曾被多次盜取簽署及身份，
17. 沒有證據以毫無疑問地證實上訴人是故意任由他人使用其身份及簽署而提交任何文件；
18. 為此，綜上所述，被上訴之判決在這一方面，違反了一般經驗

法則，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定之“審理證據方面明顯有錯誤之瑕疵”，故應被宣告被撤銷，

19. 及因著證據不足及出現嚴重矛盾下，因著“罪疑從無”而宣告無罪開釋上訴人。

請求

1. 接納本上訴；及全部附任；
2. 由中級法院裁定如下：
3. 宣告被上訴之判決違反了《刑事訴訟法典》第 149 條第 1 款之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定之“審理證據方面明顯有錯誤之瑕疵”，故被撤銷；
倘法院不這樣認為時，則；
4. 宣告被上訴之判決違反了《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款之規定，及第 355 條第 2 款之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b)項規定之“說明理由方面出現不可補救之矛盾之瑕疵”，故被撤銷；
倘法院不這樣認為時，則；
5. 宣告被上訴之判決，違反了一般經驗法則，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定之“審理證據方面明顯有錯誤之瑕疵”，故被撤銷；及
6. 宣告因著證據不足及出現嚴重矛盾下，因著“罪疑從無”而宣告無罪開釋上訴人。

而 B 提出了載於第 550-560 頁的上訴理由。¹

¹ 上訴人提交了一下的上訴摘要（葡文）：

1. Imputa o recorrente à sentença recorrida erro notório na apreciação da prova.
2. Não se descortina como se pôde dar por provados os factos vertidos do art.º 3.º da douda acusação a fls. 116v dos autos, vide douda sentença recorrida a fls. 505 e 505v dos autos.
3. Não se provou que as assinaturas constantes nos documentos a fls. 63 a 66 e 70 a 72 dos autos, inclusive a fotografia supra, foram do 2.º arguido. Não se pode dar por provado que o recorrente entregou ao 2.º arguido a referida fotografia e; por outro lado, no depoimento da audiência e julgamento tanto o recorrente e o 2.º arguido revelaram a verdade e apontaram como autor de todos os factos a testemunha XXX e até indicaram que foi este quem ensinou aos mesmos a prestar (“falsamente”) as declarações no Ministério Público a fls. 82 a 83 e 86 a 87 dos autos.
4. A sua presença seria importantíssima para a descoberta da verdade material dos factos (daí a emissão de três mandatos de detenção).
5. Porém, tais diligências resultaram infrutíferas, apesar de este ter sido notificado pela Polícia Judiciária para a comparência na data marcada para o julgamento, não a compareceu (fls. 402 e 403 dos autos).
6. Tendo assim ficado em dúvidas quanto à autoria da referida memória descritiva e justificativa e da fotografia a fls. 66 e 70 dos autos - Porém, existe nos autos factos que se prova que os referidos documentos são da autoria de XXX conforme se pode verificar nos documentos a fls. 63, 64, 65 e 66 dos autos que estão tudo redigidos em português bem como nas declaração do próprio XXX a fls. 90 a 91 dos autos que se admitiu este facto bem como nas declarações a fls. 86v dos autos prestadas pelo 2.º arguido e lidas na audiência e julgamento onde disse: “Perguntado, disse que a memória descritiva e justificativa a que encontra a fls 65 dos autos, disse que foi feita pelo Sr. XXX, uma vez que o respondente não domina a língua portuguesa”.
7. Daí que não se pode o Tribunal a quo dar por provado o facto supra transcrita e retirar as consequências e condenar o recorrente, Vs. Exas. poderão verificar que esta fotografia não foi trabalhada pelo recorrente ou foi este que mandou alguém a “falsificar”. Pois, a generalidade dos cidadãos em Macau sabe que quando se socorre a prestação de serviço a profissional - engenheiro ou construtor civil - nas obras de decoração quem trata todas as formalidade administrativa há-se ser o profissional.
8. Por outro lado, caso o Venerando Tribunal entender que verificado está os factos consubstanciados do crime de falsificação, sempre se dirá a falta do elemento subjectivo do crime.
9. Embora na audiência e julgamento o Tribunal a quo procedeu à leitura das declarações prestadas pelo recorrente e pelo 2.º arguido junto do Ministério Público a fls. 82 a 83 e 86 a 87 dos autos e concluiu pela condenação do recorrente. Mas, no seu modesto entendimento, isto só foi por um erro notório na apreciação da prova é que poderia levar à sua condenação, pois nelas o recorrente disse: “a fotografia ora junto aos autos de fls. 70 foi por si ora fornecida ao arguido A. Essa fotografia não condiz com a estrutura actual em que o prédio apresenta. A fotografia em causa foi trabalhada em computador e é nesse aspecto em que o ora respondente pretende que o prédio tenha.”
10. Nas declarações do 2.º arguido a fls. 86 a 87 dos autos, também lidas na audiência e julgamento, disse: “Disse que o arguido B entregou ao ora respondente a fotografia de fls. 70 dos autos, donde disse ao respondente de que pretendia rebocar e pintar as paredes

interiores e só pintar as paredes exteriores desse prédio. Perguntado, disse que a memória descritiva e justificativa a que encontra a fls. 65 dos autos, disse que foi feita pelo Sr. XXX, uma vez que o respondente não domina a língua portuguesa. Perguntado, disse que informou ao Sr. XXX de que o proprietário pretendia somente fazer o reboco e pintura das paredes exteriores e interior do prédio.”

11. Assim, o que se pode retirar dessas declarações é que o recorrente apresentou uma fotografia trabalhada para um profissional, engenheiro civil, de modo a mostrar a sua pretensão de que a sua casa seja transformada naquele aspecto. Pois, mesmo que o Tribunal a quo entendesse que a fotografia não condiz com a situação actual do prédio, não se pode retirar a conclusão de que a intenção do recorrente era falsificar um documento para obter benefício ilegítimo.
12. Não se provou que os documentos junto aos autos a fls. 63 a 66 redigidos em língua portuguesa foram de autoria do recorrente, pois este pouco dominava esta língua nem tinha as qualificações ou conhecimentos profissionais nesta área (ficou provado que o recorrente apenas obteve em 1995 o aproveitamento do exame do 2 semestre de Nível Linguístico III).
13. Para consubstanciar o crime em que veio a ser acusado, não basta a prova da fotografia trabalhada. Pois para qualquer pessoa de normal diligência sabe que mostrar ou entregar uma fotografia como se fosse uma planta para um profissional não está a praticar qualquer crime. A fotografia, ainda que trabalhada, em si, não pode consubstanciar um facto ilícito. Tal só se consubstancia com a conjugação do teor da memória descritiva e justificativa a fls. 66 dos autos que, repita-se, o recorrente assinou sem conhecer o teor nem tinha a intenção de mentir.
14. Daí que o recorrente não pode ser condenado pelo crime de falsificação de documentos que veio a ser acusado, pois não houve dolo.
15. O Homem médio, perante tal fotografia trabalhada e do trabalho solicitado ao 2.º arguido e/ou ao construtor XXX, não pode deixar de a considerar uma referência a uma fotografia que tinha a função de uma planta das obras.
16. A generalidade dos cidadãos em Macau sabe que quando se socorre a prestação de serviço a um profissional - engenheiro ou construtor civil - nas obras de decoração quem trata todas as formalidades administrativas há-se ser o profissional.
17. Está o recorrente convicto de que, com os elementos constantes dos autos, o reenvio do processo para ampliação da matéria fáctica para o Tribunal de julgamento não poderá determinar o apuramento de factos diferentes daqueles que - na sua modesta opinião - estão subjacentes às afirmações contidas supra transcritas, de onde decorre que o recorrente não praticou o crime de falsificação de documentos pelo que deverá ser absolvido.
18. Porém, se não fôr esse o entendimento perfilhado por Vossas Excelências sempre se poderá requerer a essa Alta Instância que reconheça a existência do vício ora apontado que torna impossível decidir da causa, reenviando o processo para que, em novo julgamento, esse vício seja sanado.
19. O que a acontecer, imporá ao Tribunal de julgamento a consignação, no respectivo Ac., de factos essenciais que possam preencher os elementos objectivos e subjectivos integradores do crime de falsificação de documentos.

Nestes Termos e contando com o indispensável suprimento de Vossas Excelências, requer seja dado provimento ao recurso e, em consequência, julguem não provados factos que permitam a condenação do recorrente pelo crime de falsificação de documentos, absolvendo o recorrente desse crime. Ou,

檢察院對上訴人 B 的上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 上訴人認為原審法庭在審查證據方面明顯有錯誤。
2. 根據庭審紀錄，依據《刑事訴訟法典》第 338 條第 1 款 b)項之規定，宣讀上訴人在卷宗第 82-83 頁之聲明，當中聲明卷宗第 70 頁之照片由上訴人用電腦制作，並將之交予同案另一名嫌犯。
3. 而涉案之照片上，亦載有上訴人之簽名。
4. 即使上訴人是透過代辦人來辦理行政文書，文件之制作亦只會根據客戶提供之資料及要求作成，代辦人不會主動替客戶制作失實之文件。況且卷宗第 66 及 70 頁均由上訴人簽署。
5. 此外，按卷宗第 83 頁之聲明，上訴人聲明該維修工程之費用仍未議定，仍有待維修計劃獲有權限當局批准後方商議。如此的協議方式並不是一般正常維修的普遍做法，所顯示的就是非一般維修工程。
6. 上訴人於卷宗第 83 頁甚至宣稱其不懂葡萄牙語。直至庭審後透過海關提供之文件才發現其不是普通關員，而是關務督察，於 1995 年已通過葡萄牙語第 III 級(Nível Linguístico III)。由此可見，上訴人具備能力理解卷宗第 66 頁文件內容。
7. 最後，根據原審判決中獲證明之事實及不獲證明之事實，並沒有出現事實認定上的相互矛盾，亦不存在結論與事實的矛盾，故此，上訴人提出的審查證據的明顯錯誤，並無出現。

O reenvio do processo para ampliação da matéria fáctica para o Tribunal de julgamento de onde decorre que o recorrente não praticou o crime de falsificação de

基此，上訴人應理由不成立，原審法庭之判決應予維持，請求法官 閣下作出公正判決。

檢察院對上訴人 B 的上訴作出了答覆，並提出下列理據（結論部分）：

1. 上訴人認為原審判決存在審查證據方面明顯有錯誤之瑕疵，理由是原審法庭違反《刑事訴訟法典》第 149 條第 1 款之規定，沒有採納司法警察局之筆跡鑑定報告，以及上訴人不認同原審法庭對事實的認定。
2. 對於上訴人的觀點，不能予以認同。
3. 第一，上訴人所宣稱的、原審法庭沒有採納司法警察局之筆跡鑑定，其觀點根本不符合事實。原審判決書第 5 頁末段載明，未能證明的事實：“在遞交的文件中，責任聲請書、工程記要及不動產的偽造照片，由第二嫌犯在其上簽署”。
4. 原審法庭是採納了司法警察局筆跡鑑定報告之結論，即認為該等文件上的簽名“A”不是由 A 本人所寫(見卷宗第 294 頁)，因而認定未能證實涉案文件由第二嫌犯 A 簽署。
5. 基此，上訴人所宣稱的沒有採納司法警察局之筆跡鑑定報告，並無出現。
6. 第二，原審法庭認定上述獲證明之事實，上訴人不是親手簽署涉案文件，而是在知情的情況下指使他人以其名義簽署相關文

documento pelo que deverá ser absolvido.

件。故此，原審法庭的認定與鑑定報告之結論，並無衝突。

7. 因此，原審判決並無出現上訴人所述審查證據方面明顯有錯誤的瑕疵。
8. 最後，正如前面所述，原審法庭的心證與筆跡鑑定報告之結論一致，並無出現分歧，故此，無適用《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款規定的空間。

基此，上訴人應理由不成立，原審法庭之判決應予維持，請求法官 閣下作出公正判決。

案件卷宗移送本院後，駐本審級的檢察院代表作出檢閱及提交法律意見，經分析案件的具體情況，同意檢察院司法官在其對上訴理由闡述的答覆中發表的觀點，認為上訴人提出的上訴理由不能成立，應予以駁回。

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並進行了庭審，最後作出了評議及表決。

二、 事實方面

原審法院經庭審後確認了以下的與上訴人有關的事實：

- 2003 年 10 月 27 日，B(第一嫌犯)與 XXX 簽署承諾買賣合約，購買位於澳門路環 X 街 XX 號的一幢不動產(詳見卷宗第 59 頁至第

60 頁)，該不動產共有兩層，而天台部份則是一層用鋅鐵蓋搭的非法擴建物(詳見卷宗第 23 頁)。

- 由於上述不動產在物業登記局沒有任何登記，被地圖繪製暨地籍局視為澳門特別行政區的公地(參閱卷宗第 31 頁、第 35 頁及第 61 頁)，因此 B(第一嫌犯)不能將該不動產重建，只能向土地工務運輸局申請進行維修保養工程。
- 第一嫌犯為了隱瞞上述不動產具有非法搭建物，並企圖藉此次維修工程將該擴建物合法化，以便該不動產成為三層的建築物，於是命人用電腦技術將該不動產的原照片加以修改，偽造了一張該不動產的照片，在偽造照片上該不動產已變成幢三層高的建築物，沒有了用鋅鐵搭成的擴建物，與該不動產的原貌截然不同(詳見卷宗第 70 頁及第 23 頁)。其後，第一嫌犯將該照片交與工程師 A(第二嫌犯)，並表示希望對照片中的不動產進行維修及保養工程。
- A(第二嫌犯)在看了照片後，明知該不動產的原貌與照片不符，但仍同意以負責指導工程的工程師身份替第一嫌犯向土地工務運輸局申請進行上述維修工程，並簽署有關之責任聲明書，並與第一嫌犯共同簽署工程記要說明書，內容沒有提及天台的擴建物，並表示天台會以三合土物料覆蓋(詳見卷宗第 66 頁)。
- 2003 年 11 月 18 日，第一嫌犯以業權人的身份向土地工務運輸局申請為上述不動產進行維修及保養工程(詳見卷宗第 58 頁至第 72 頁)，在遞交的文件中，包括由第二嫌犯命人代簽但以其名義發出的責任聲明書(卷宗第 63 頁及第 64 頁)、由第一嫌犯簽

署，第二嫌犯命人以其名義代簽的工程記要(詳見卷宗第 66 頁)及上述不動產的偽造照片，照片由第一嫌犯簽署及第二嫌犯命人代為簽署核實(詳見卷宗第 70 頁)。

- 土地工務運輸局於 2003 年 11 月 21 日批准第一嫌犯的申請，但須文化局對有關申請發表意見，經文化局的稽查人員到達澳門路環 X 街 XX 號的現場後，發現第一嫌犯所遞交的不動產照片與現場實況不符，稽查人員立即拍下該不動產的照片(詳見卷宗第 57 頁及第 51 頁)。
- 第一嫌犯為了隱瞞其不動產具有非法搭建物的事實，並企圖令有關之非法搭建物經申請維修後可合法化，故意偽造該不動產的照片，並在申請維修准照時向土地工務運輸局遞交該偽造照片，意圖令土地工務運輸局核准有關之維修工程，從而獲得不正當之利益。
- 第二嫌犯身為工程師，明知第一嫌犯所遞交之不動產照片與原貌有別，仍指使他人以其名義替第一嫌犯簽署責任聲明書及工程記要等文件，並命該人在該偽造照片上簽名確認，使第一嫌犯能順利使用該偽造照片及有關文件向土地工務運輸局申請進行該不動產的維修工程。第二嫌犯故意為第一嫌犯的不法行為提供物質上的協助，意圖令第一嫌犯獲得不正當利益。
- 兩名嫌犯在自由、自願及有意識之情況下，故意作出上述行為。
- 兩名嫌犯清楚知道其行為是法律所不容，且會受法律制裁。
- 兩嫌犯為初犯。

- 同時證實嫌犯的個人經濟狀況如下：
- 第一嫌犯為大專學歷，海關關員。
- 每月收入約為澳門幣 3 萬圓。
- 須供養父親、妻子及三名子女。
- 第二嫌犯為大學學歷，工程師。
- 每月收入約為澳門幣 15000 圓。
- 須供養父母親及兩名兒子。
- 兩名嫌犯沒有承認事實。

未經證明之事實：

- 第二嫌犯 A 曾親身到現場視察有關的不動產。
- 在遞交的文件中，責任聲明書、工程記要及不動產的偽造照片，由第二嫌犯在其上簽署。

- 本法庭是根據嫌犯之聲言、證人之證言及卷宗所載之書證而對事實作出判斷。
- 兩名嫌犯在庭上完全否認事實，而證人工務局技術員向法庭交待入稟流程及案發經過。
- 法庭對兩嫌犯比對在偵查階段所作詢問筆錄內容，第一嫌犯 B

表示完全沒有作出有關聲明，不明為何檢察官如此繕錄筆錄，而第二嫌犯 A 則表示聲明上所言全是謊言，是 XXX 要求其作出有關謊言，對於本案工程其根本完全不知情，根本沒有接觸過第一嫌犯，亦無接洽過任何工程。

- 對於第一嫌犯 B 之解釋，法庭完全不能接受，檢察官無可能自行制作一份虛假筆錄，況且筆錄經翻譯後由嫌犯簽署。囑
- 至於第二嫌犯 A 之解釋，亦不符合常理，2005 年 11 月 10 日作出聲明時，其已因本案所涉事實而被工務局停牌，其面對刑事指控，如果完全不知情，怎會作出承擔？
- 如果不是事實真相，為何兩嫌犯當日異口同聲承認涉案相片由第一嫌犯 B 交第二嫌犯 A 處理？
- 至於涉案文件（見第 63 頁、第 64 頁、第 66 頁及第 70 頁），由於簽名式樣與第二嫌犯 A 案發後直至目前的簽名式樣有別，未能證實涉案文件由第二嫌犯簽署，但第二嫌犯 A 因本案事實被土地工務運輸局勒令暫停註冊時作出解釋時之簽名式樣卻又與嫌犯現時之簽名式樣不同（見第 108 頁），解釋內容亦與嫌犯在庭上所言沒有接觸過第一嫌犯不同，須留意一點，無論是第二嫌犯 A 於檢察院之聲明中，或向工務局之解釋中並沒有否認過文件由其簽署；比對第二嫌犯 A 歷年向土地工務運輸局所提交文件之簽名式樣，2003 年 2 月 10 日至 2004 年 4 月 26 日使用一式樣（見第 231 頁至第 233 頁，及第 410 頁），而 2004 年 6 月至今使用一式樣（見第 234 頁、第 407 頁至第 409 頁、第 411 頁至第 443 頁），奇怪的是第 410 頁文件與第 411 頁文件分別兩簽名

式樣，卻又涉及同一工程，可見兩者之間的密切關係。

三、法律方面

1. 審查證據方面有明顯錯誤

上訴人 B 及 A 均提出原審法院在審查證據方面有明顯錯誤。

根據《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 c)項規定，上訴亦得以審查證據方面明顯有錯誤為依據，只要有關瑕疵係單純出自案卷所載的資料，或出自該等資料結合一般經驗法則者。

澳門特區法院的司法見解一致認為，審查證據中的明顯錯誤是指已認定的事實互不相容，也就是說，已認定的或未認定的事實與實際上已被證實的事實不符，或者從一個被認定的事實中得出在邏輯上不可接受的結論。錯誤還指違反限定證據的價值的規則，或職業準則。錯誤必須是顯而易見的，明顯到一般留意的人也不可能不發現。²

不然我們看看。

在審查證據方面，正如上面引述原審法院對事實的判斷的說明，其中寫道：

“兩名嫌犯在庭上完全否認事實，而證人工務局技術員向法庭交待入稟流程及案發經過。

法庭對兩嫌犯比對在偵查階段所作詢問筆錄內容，第一嫌犯 B

² 參見終審法院於 2001 年 3 月 16 日，在第 16/2000 號刑事上訴案判決。

表示完全沒有作出有關聲明，不明為何檢察官如此繕錄筆錄，而第二嫌犯 A 則表示聲明上所言全是謊言，是 XXX 要求其作出有關謊言，對於本案工程其根本完全不知情，根本沒有接觸過第一嫌犯，亦無接洽過任何工程。”

本案中，被上訴判決顯示，上訴人 B 在庭審時完全否認被指控的事實，但根據審判聽證記錄，原審法院在庭上宣讀了該上訴人在檢察院作出的口供，當中上訴人承認載於卷宗第 70 頁的照片是由電腦製作，上訴人將之交予另一上訴人 A，有關照片上亦可見上訴人的簽名。

雖然上訴人否認曾經在檢察院作出有關聲明，但這種解釋是完全不能被接受的。一如原審法院所言，檢察官不可能自行製作虛假筆錄，更何況該份筆錄經翻譯後由上訴人親筆簽署！

一如檢察院司法官所言，既使上訴人通過代辦人來辦理有關文書事宜，代辦人通常只會根據客戶提供的資料按照客戶提出的要求來製作文件，不會主動代客戶製作虛假的文件；即使替客戶代辦與實情不符的文件，客戶亦不可能完全不知情，因此上訴人以有關專業人士代辦所有行有行政程序為理由意圖排除其本人刑事責任的做法是根本行不通的。

就主觀要素而言，上訴人指其沒有偽造文件獲取不正當利益的意圖。

值得注意的是，根據上訴人在檢察院提供的聲明，上訴人將與實情不符的涉案照片交給另一上訴人 A，表示希望相關樓宇具有照片上所呈現的外觀。難道這個事實與其他事實相結合還不足以顯示上訴人意圖通過提交偽造文件使土地工務運輸局核准有關維修工程從而達到將不動產合法變成三層建築物的目的嗎？

此外，上訴人聲稱不知悉載於卷宗第 66 頁的文件內容，雖然簽署了該文件但並無欺騙的意圖。

必須指出的是，即使我們不考慮上訴人對葡萄牙語的掌握程度是否容許其知曉該文件的真正內容，事實上上訴人交出的照片是向土地工務運輸局呈交的文件的重要組成部分，該照片不能與其他文件截然分開，因此上訴人以其不知悉載於卷宗第 66 頁的文件內容作為上訴理由同樣也是明顯不能成立的。

經分析原審判決書內所載的已被證實的事實及未被證實的事實，並未發現互不相容的情況、相互矛盾，更沒有被認定的事實與從中得出的結論之間的矛盾存在。因此，上訴人 B 提出的上訴理由明顯不能成立。

上訴人 A 指原審法院沒有採納司法警察局的筆跡鑑定報告，違反了《刑事訴訟法典》第 149 條第 1 款之規定，故在審查證據方面存在明顯錯誤。

其上訴理由也是明顯不能成立的。

根據《刑事訴訟法典》第 149 條第 1 款之規定：“一、鑑定證據固有之技術、科學或藝術上之判斷推定為不屬審判者自由評價之範圍。二、如審判者之心證有別於鑑定人意見書所載之判斷，審判者應說明分歧之理由。”

在本案中，根據已證事實，原審法院並未認定涉案的偽造文件由上訴人簽署，僅認定該等文件是上訴人在知情的情況下命人簽署，這事實是原審法院採納了筆跡鑑定報告而得出的結論。

因此，上訴人 A 的上訴理由不能成立。

2. 上訴人 A，在提出上述的審查證據方面存在明顯錯誤的上訴理由之後，認為原審判決沒有採納司法警察局的筆跡鑑定報告，也沒有根據《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款的規定說明分歧的理由。因此，被上訴的判決違反了《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款的規定，及第 355 條第 2 款的規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 2 款 b)項規定的“說明理由方面出現不可補救之矛盾之瑕疵”，故應被宣告被撤銷。

《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款規定，“緊隨案件敘述部分之後為理由說明部分，當中列舉經證明及未經證明之事實，以及闡述即使扼要但儘可能完整、且作為裁判依據之事實上及法律上之理由，亦指明用作形成法院心證之證據。”

正如司法見解一直認為的，在闡述裁判所依據的事實上的理由時，指出決定法院心證的已作出的陳述和證言的認知理由即可。³

而從上引原審法院的對事實的判斷的說明可以看到，原審法院正是採納了司法警察局筆跡鑑定報告的結論，即認為該等文件上的簽名“A”不是由 A 本人所寫，因而認定未能證實涉案文件由 A 簽署。因此，原審法院的心證與筆跡鑑定報告之結論一致，並無出現分歧。

原審判決已遵守了上述規範的規定，既不存在違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款有關規定而導致判決無效的情況，也因此無需依《刑事訴訟法典》第 149 條第 2 款的規定作出說明。

³ 終審法院於 2007 年 11 月 30 日，在第 52/2007 號刑事上訴案判決。

故此，上訴人上述部分的上訴理由亦是明顯不成立的。

3、上訴人 A 提出了更非為從犯，要求判處其無罪的上訴理由：在其上訴的摘要的第 13-16 點指出：

第一、沒有充分、完整的證據以顯示在事發之時、及往後的一段日子中，第 1 嫌犯(即本卷宗內之正犯)與上訴人是認識，

第二、上訴人曾於檢察院錄取口供，但已在審判聽證之前，向法院呈交聲明，以表示該口供的真確性，故非在審判聽證之時突然改變口供；

第三、上訴人曾聲請法院著令工務局交付有關上訴人的文件，但該部門交付的文件並不全面，

第四、上訴人被指在工務局紀律程序的答辯書狀中並非上訴人所簽署，這更顯示上訴人在不知情下曾被多次盜取簽署及身份，沒有證據以毫無疑問地證實上訴人是故意任由他人使用其身份及簽署而提交任何文件。

基於此，原審法院的判決存在審查證據的明顯錯誤。

首先，上訴人提出的這些問題確實很重要，但是必須在第一審法院審判時候要求原審法院證實這些事實，而非在上訴階段提出來，因為對於本上訴法院來說是一個新的問題，所要審理的問題僅限於原審判決審理過的問題。

其次，現在提出的沒有證據的理由，又陷入了質疑原審法院的自由心證的錯誤之中，這是在上訴中禁止的。

第三，原審法院明確證實了：“…… 由第二嫌犯命人代簽但以其名義發出的責任聲明書(卷宗第 63 頁及第 64 頁)、由第一嫌犯簽署，第二嫌犯命人以其名義代簽的工程記要(詳見卷宗第 66 頁)及上述不動產的偽造照片，照片由第一嫌犯簽署及第二嫌犯命人代為簽署核實(詳見卷宗第 70 頁)。……第二嫌犯身為工程師，明知第一嫌犯所遞交之不動產照片與原貌有別，仍指使他人以其名義替第一嫌犯簽署責任聲明書及工程記要等文件，並命該人在該偽造照片上簽名確認，使第一嫌犯能順利使用該偽造照片及有關文件向土地工務運輸局申請進行該不動產的維修工程。第二嫌犯故意為第一嫌犯的不法行為提供物質上的協助，意圖令第一嫌犯獲得不正當利益”。從這個事實我們完全可以確認原審法院所作的定罪判決。而上訴人現在提出的問題，很明顯是意圖單純不同意原審法院的事實認定而已。其實，正是因為沒有實施證明兩個嫌犯認識以及存在共同的故意才沒有以共同正犯判處上訴人。

那麼，上訴人這方面的上訴理由也是明顯不能成立的。

四、決定

綜上所述，合議庭一致裁定兩上訴人的上訴理由均明顯不成立，應予以駁回。

判處兩上訴人各繳付 4 個計算單位的司法費，以及上訴的訴訟費用。

根據《刑事訴訟法典》第 410 條第 4 款所規定，上訴人須分別繳付 4 個計算單位的懲罰性金額。

澳門特別行政區，2013 年 11 月 14 日

蔡武彬

司徒民正

陳廣勝